

A ESCOLA DO FUTURO⁽¹⁾

ANTÓNIO PEDRO DORES *

"(...) o verdadeiro educador há-de ser um vidente, um percursor, um profeta"

António Sérgio, Educação Cívica, edição do Ministério da Educação, pp. 69.

A escola pode ser pensada em torno de dois principais desígnios institucionais:

- a) o de "civilizar" as crianças e jovens;
- b) o de divulgar procedimentos e conhecimentos científicos.

Para ir actualizando a capacidade de cumprir tais desígnios a escola, como qualquer instituição, constrói nichos ecológicos de formas protegidas de actividade social e, ao mesmo tempo, desenvolve maneiras de se relacionar com as outras realidades sociais, o Estado em geral e a sociedade civil nas suas diversas componentes. Ao acolher todos os anos novas crianças e ao passá-las, ou não, para níveis superiores de escolarização, a escola funda o seu poder e a sua autoridade institucional na importância da competência de certificação de capacidades cognitivas e sociais de cada aluno, tendencialmente cada trabalhador, cada cidadão. Tal poder tem de se organizar em função das diversas formas de estar que os diversos grupos sociais, ao longo

* Instituto Nacional de Estatística

de diversas gerações vão encontrando para si mesmos e entre si, em função das expectativas do Estado e da sociedade civil em relação às consequências da escolarização.

O que caracteriza a escola desde o final dos anos sessenta é a procura política e institucional de reencontrar um equilíbrio entre a qualidade de ensino (aos níveis da transmissão de saberes e da certificação) e a massificação dos acessos à escola (e portanto a obrigatoriedade moral de promoção do sucesso escolar generalizado, Cf. Pires, 1989). A situação actual, considerada geralmente como degradada por alunos, pais, professores e responsáveis educativos, coloca a instituição escolar em dificuldades para cumprir os seus desígnios.

Assumir e afirmar a qualidade da instituição escolar é, todavia, uma das tendências mais fortes do pós-industrial, desde logo identificada por Daniel Bell (1973) e popularizada hoje em dia nos discursos típicos das teorias do capital humano: a formação contínua; a integração dos sistemas de formação profissional no sistema escolar; a multiplicação das formações especializadas de pós-graduação. Mas se pode não sofrer contestação o valor da educação para o futuro, já não é pacífica a determinação sobre quais os grupos sociais em que tal investimento deve recair prioritariamente. Para simplificar podemos construir a seguinte alternativa: reforço do aspecto dual do sistema de ensino, adequando-o a um sistema dual de super-qualificações versus desqualificações no mercado de trabalho aceite como inelutável; reforço do aspecto democrático, massivo ou de universalidade dos acessos aos diversos níveis de ensino, nomeadamente através do desenvolvimento do estatuto do trabalhador-estudante, da maior facilitação de entradas não estandardizadas nos diversos níveis de ensino e nos diversos cursos.

A nossa reflexão, por razões que se prendem com a economia da investigação sobre que se fundamenta, sem poder prescindir de ter em mente um enquadramento geral, centrar-se-á principalmente nos espaços de escolarização intermédios do secundário de antes da actual lei de Reforma Educativa, i. e., entre os sétimo e décimo segundo anos de escolaridade. Com a Reforma no início do seu percurso, a actualidade de pensar a escola do futuro, a escola como instituição guia das futuras gerações e da futura sociedade pós-industrial, parece poder ser um exercício com alguma actualidade.

Os desígnios institucionais da escola

Entre o nascimento e a fase adulta, os indivíduos revivem intensivamente as várias fases de evolução biológica e social. Da mesma maneira que os biólogos puderam comparar o desenvolvimento físico de cada indivíduo humano com a história da evolução da vida na Terra (da vida em meio aquoso no útero materno, até ao extraordinário desenvolvimento cerebral, que acaba por nos distinguir definitivamente das espécies de macacos), também podemos conceber o processo de socialização primária como uma síntese do processo civilizacional (Ver N. Elias, 1939).

O controlo afectivo-motor, que permite às crianças ficarem sentadas e mais ou menos quietas durante muitas horas por dia, é uma das importantes aprendizagens que elas fazem durante a sua vida escolar. Parte desse controlo transforma-se paulatinamente em auto-controlo nos jovens e adultos. Este e outros controlos automatizados e inconscientes definem em cada um de nós "limiares de repugnância" próprios, em parte partilhados por grande quantidade de indivíduos e por isso característicos do estágio civilizacional de cada sociedade (continuamos a usar conceitos de N. Elias, 1939). Por exemplo: há países em que cuspir para o chão é um acto geralmente sentido como repugnante e noutros países não; há países e regiões em que os sentimentos de dever individual e colectivo de defesa do ambiente são mais ou menos intensos; há hábitos sociais mais ou menos maduros de associativismo interclassista ou de classe; o mesmo a respeito dos tipos de formas de viver a cidadania, a luta contra as desigualdades sociais, a defesa dos consumidores, as evoluções nas relações entre os géneros, etc. Em cada um dos países considerados, evidentemente, nem todos os indivíduos sentem ou exprimem da mesma forma o limiar de repugnância que, abstractamente, podemos atribuir a uma sociedade inteira. Mas não é menos evidente que um indivíduo isolado, ainda que a sua afirmatividade e combatividade possam dar frutos a médio prazo, principalmente quando são capazes de se organizar de forma racional e voluntariosa com vista a atingir determinado objectivo, um indivíduo isolado, dizíamos, tem de se confrontar com o limiar de repugnância normal do contexto social em que vive.

O desígnio civilizador da instituição escolar define-se pela sua capacidade de interferência massiva ao nível das novas gerações, moldando aquilo

que possa ser considerado normal e desejável à vista de um corpo de professores superiormente educados, socializados e controlados pelo Estado. Na sua faceta de difusão da normalidade junto dos alunos, a escola homogeneiza formas de comunicação, facilita entendimentos inter-classistas. Na faceta de difusão do desejável, alarga a influência das normas de comportamento típicas das classes culturalmente dominantes às classes dominadas, civilizando as gerações escolarizadas.

Os instrumentos usados para cumprir o desígnio civilizador são, entre outros, o currículo explícito (quando se escolhem os valores estéticos e literários, as formas de comunicação e os conteúdos legítimos, a maneira de transmitir conhecimentos de história e geografia e por aí fora) e o currículo oculto (as formas organizativas e de gestão das escolas, as relações entre professores e entre estes e os seus superiores hierárquicos, entre os pais de cada criança e a escola em geral, as formas desigualmente valorizadas no interior e no exterior da escola de disciplinar as crianças e os jovens, etc.).

Na escola todos entramos crianças, ainda moldáveis. Dela saímos em alturas da vida bastante diferentes, em grande parte resignados com uma certa ideia sobre a legitimidade da divisão social do trabalho e orientados em relação ao papel que nesse contexto podemos desempenhar: A grande maioria viu reforçada a capacidade para enfrentar a disciplina despótica que as relações salariais dominantes implicam para os estratos dominados. As minorias qualificadas, treinadas e condicionadas para seguirem pistas disciplinares e ou profissionais, em função dos cursos superiores ou de especialização em que obtiveram certificação, olham o mundo a partir de aparelhos teórico-metodológicos que, muitas vezes, julgam os únicos ou pelo menos os mais legítimos.

Independentemente das trajetórias individuais e das expectativas de cada um, a todos foi fornecida uma cultura geral. Ela permite-nos considerar códigos de comunicação suficientemente eficazes, enquanto indivíduos e enquanto sociedades, para manter as longas redes de relações sociais e a divisão de trabalho que caracterizam as sociedades modernas, civilizadas (Cf. N. Elias, 1939).

Tais códigos de comunicação são trabalhados e apresentados pelas Literaturas, pelas Artes, pelos Desportos, pelas Histórias e Geografias (dos vários países) e pelas Ciências Humanas e Sociais em geral, incluindo a

Filosofia. Também as Ciências ditas duras, que procuram dominar as forças da Natureza, elaboraram e desenvolveram os seus próprios códigos. Mesmo que sejam usados de forma desactualizada em termos sociais, tais códigos também constituem referências para a comunicação entre indivíduos e grupos entre si, em particular nas situações de trabalho.

Neste sentido se pode dizer que o segundo desígnio da instituição escolar, a divulgação científica, não é separável do primeiro, o trabalho de civilizar as crianças e jovens.

Na prática, porém, e do ponto de vista simbólico, a hierarquia que no interior da escola se estabelece entre as diversas disciplinas, seja ela reconhecida a nível oficial ou apenas uma relação social entre profissionais com diferentes potencialidades de acesso a recursos (cognitivos, materiais, profissionais, sociais, etc.), têm mantido a velha dicotomia "Letras"/"Ciências". Esta dicotomia maniqueísta em pano de fundo, não é apenas importante para aqueles que terão que escolher entre opções de continuidade de estudos. É também marcante para os que ficam pela escolaridade obrigatória ou menos, na medida em que legitima atitudes negativas perante a problematização teórica, concepções doutrinárias e dependentes sobre o que seja a produção científica e intelectual em geral.

A separação dicotómica destes campos não é natural. Ela é a forma de inscrição nos saberes modernos do próprio paradigma civilizacional, das formas de articulação entre a divisão social do trabalho e o alargamento da extensão das redes sociais, comerciais e industriais, entre práticas produtivas "contra a natureza" e práticas comunicativas "entre os homens". As normas da produção industrial tendem a conformar as normas gerais do trabalho, através de especializações sectoriais e profissionais, em que os saberes de organização industrial, sindical e profissional tendem a ser universais, mas as suas aplicações têm de ser locais. Assim, receituários pré-fabricados podem ser transmitidos de forma telecomandada a partir dos centros de saber mais avançados para todo o mundo. A modernização dos diversos sectores industriais está, como é sabido, dependente do que se costuma chamar simplificada por concorrência internacional. Ora o estabelecimento desta concorrência (que é muitas vezes também solidariedade, cumplicidade e guerra) usa os canais comunicacionais disponíveis: pensamos nas redes infraestruturais de comunicação mas também na própria substância dessa comunicação e o trabalho de "digestão" local, permita-se-me a expres-

são, da mensagem recebida. O fenómeno de globalização não permite, entre o local e o universal, soluções de continuidade. Mas as formas locais, que assume a divisão social, do trabalho são estruturais e estruturantes, têm uma elasticidade limitada e mesmo esta depende mais dos interesses dos grupos sociais em presença que da informação, do conhecimento ou da estética, cujos impactos são normalmente mais evidentes a médio longo prazo.

A separação entre Letras e Ciências está, de facto, desenhada institucionalmente na Escola:

a) na horizontal, através da orientação mais cultural-problematizante ou mais científica-positivista dos currículos das diferentes disciplinas;

b) na vertical, através da valorização social crescente dos diferentes conteúdos disciplinares, à medida que avançamos na idade das crianças e dos jovens e no tempo de escolaridade. A escola primária incide particularmente sobre os aspectos formativos, civilizadores; as escolas superiores incidem com maior ênfase nos aspectos informativos, científicos, mesmo quando se trata de cursos de "Letras".

Tal dicotomia e as conotações a ela ligadas ficam desenhadas no campo afectivo de cada indivíduo. Na escola e depois dela, todos somos colocados em situação de optar pessoalmente por dar prioridade cognitiva ao desenvolvimento dos aspectos ligados às relações humanas e sociais ou às relações das sociedades com a Natureza. E até se pode afirmar que existem formas de relacionar o sexo, o grupo social, o tipo de carácter individual e a opção psico-cognitiva entre Letras e Ciências. O facto dos estereótipos que justificam, reforçam e legitimam tal situação estarem em fase de perda de importância nas últimas três dezenas de anos, pode ser entendido como um ponto de partida para um questionamento social e político mais livre sobre a validade e pertinência não apenas do relacionamento entre certas características individuais ou sociais e os tipos de saberes mas também do processo de dicotomização em causa (Ver sobre o assunto Boaventura S. Santos, 1989, em particular pp. 68 e seguintes).

A evidência da separação e hierarquização dos desígnios institucionais de que falamos (o civilizador e o de divulgação científica), apesar do seu intrincamento funcional, deve-se pois, à forma como o próprio processo

civilizacional ocorreu no Ocidente europeu e de como se difundiu pelo mundo.

Podemos dizer que a realização do primeiro desígnio da Escola é mais geral, universal e dependente dos contextos sociais locais (como a escolaridade básica), sendo o segundo mais plural, especializado, particular e pressupõe a presença de recursos standardizados de civilização, nomeadamente aqueles fornecidos pela escolarização (como as escolas superiores).

Podemos descrever as fases secundárias, médias e politécnicas como fases em que tende a haver um contínuo desinvestimento nas preocupações e tarefas civilizantes e um crescente investimento nas tarefas de divulgação científica.

A investigação no quadro da qual este artigo é produzido, procura construir sentidos sociais para as acções de introdução de computadores no ensino secundário em Portugal. E foi directamente da nossa experiência de investigação que bebemos a intuição de que os problemas do currículo (o debate, a programação, a interpretação e a execução) estão paulatinamente a ocupar parte crescente do centro da discussão sobre o sistema educativo. Não é preciso pensar muito para nos lembrarmos que a Reforma Curricular se confundiu com a Reforma no seu todo. Por isso construímos um esboço de grelha analítica da história recente da instituição escolar, que procura servir de esquema base para o enquadramento e justificação da validade desta intuição.

A escola dos últimos trinta anos

Pela década de setenta, uma das ideias para transformar a escola era a de a automatizar. Substituir o corpo de professores tradicional por um sistema de base informática à disposição de cada aluno. De uma cajadada matava-se o coelho económico e o coelho pedagógico: os custos inerentes ao funcionamento do sistema educativo, por via da redução drástica do pagamento de salários aos professores, poderiam vir a ser muito diminuídos; cada aluno poderia ter um suporte informativo adaptado "por medida" às necessidades específicas da sua formação escolar pessoal, aos seus gostos e segundo os seus ritmos próprios.

Na década de oitenta, à medida que as experiências de introdução de sistemas computadorizados nas escolas se ia realizando, a escola automática, digamos assim, deixou de ser uma perspectiva razoável para conceber a escola do futuro. Ficou claro, como resultado das experiências entretanto realizadas, que um corpo de professores junto dos alunos era insubstituível. A expectativa de redução de custos do sistema educativo não só não ocorreu como se inverteu. Para conseguir obter uma qualidade pedagógica melhor, já que não seria possível de forma automática, seria necessário investir em formação de professores. O computador passou a ser pensado, então, como instrumento de apoio ao trabalho pedagógico do professor e, portanto, indispensável na formação pedagógica dos professores.

Na década de noventa, a confirmação das dificuldades de utilização didáctica dos computadores de forma generalizada e a improbabilidade de haver qualquer relação positiva entre acesso e uso de computadores pelos professores e alunos, e uma melhor pedagogia ou melhores resultados escolares, está a trazer a primeiro plano a ideia de introduzir os saberes ligados ao uso dos sistemas de informação como uma disciplina dos "currícula" escolares.

A história das estratégias, que foram sucessivamente orientando a conquista da escola pela Informática, deve ser enquadrada pela história das ideias sobre como fazer a escola acertar o passo com a rapidez e a radicalidade das transformações sociais e económicas das sociedades desenvolvidas nas últimas décadas:

a) à proposta provocatória de Ivan Illich de encontrar uma outra forma de cumprir a função educativa que não através da escola, no seguimento das duras críticas ao sistema escolar e aos professores que o movimento estudantil produziu e inspirou, podemos fazer corresponder a proposta de uma escola automática;

b) à reacção defensiva da instituição escolar, promovendo a investigação e os estudos pedagógicos e a formação pedagógica de professores em paralelo com normas para conduta na escola menos rígidas, podemos fazer corresponder a informática enquanto instrumento pedagógico e/ou didáctico. Enquanto meio e/ou símbolo de modernização, actualização e afirmação pessoal e profissional numa sociedade concorrencial e hostil à boémia intelectual, o computador é introduzido nas escolas de acordo com o espírito

defensivo da época, tipicamente retratado pela imagem da desvantagem psicomotora e desautorização cognitiva do professor perante a facilidade com que os jovens aprendem a manipular computadores. Defensivo por parte do poder político em relação à reivindicação dos professores de recursos pedagógicos e didácticos actualizados; defensivo por parte dos professores face aos saberes aprendidos pelos seus alunos fora da escola e do seu controlo; defensivo por parte dos pais dos alunos que procuram garantir um futuro profissional para os filhos numa sociedade cada vez menos estável a esse nível.

c) mais recentemente, à crítica da perspectiva pedagógica, com base na falta de evidência desta última haver sido capaz de inverter a tendência para a decrescente qualidade do ensino, especialmente aos níveis mais mensuráveis (insucesso escolar e adequação das competências adquiridas pelos alunos bem sucedidos aos processos de integração sociais e económicos), podemos fazer corresponder uma retracção do campo privilegiado de actuação dos processos de introdução de computadores nas escolas (3) para a dimensão curricular, nomeadamente no seio das disciplinas tradicionais e na construção de novas disciplinas de base informática.

Esta hipótese esquemática de cronologia pode ser caracterizada a diversos níveis:

	anos 70	anos 80	anos 90
Actor	estudantes	profesores	reforma
Tema	selecção	formação	eficácia
Elo fraco	política	formação de professores	competências dos alunos
Futuro	sem escola	escola pedagógica	escola actualizada

a) a nível do actor social principal:

- anos 70 - são os estudantes dos movimentos estudantis;
- anos 80 - são os professores mobilizados para o incremento de posturas pedagógicas nas escolas;

- anos 90 - poderá ser ou não a instituição escolar, conforme seja ou não capaz de assumir a iniciativa que pretendeu retomar com os processos integrados na Reforma Educativa, em particular no que diz respeito à reforma curricular.

b) a nível da prioridade no agendamento temático sobre a escola:

- anos 70 - a função selectiva e reprodutora da instituição contra a qual se revoltaram os estudantes;
- anos 80 - a competência formativa e informativa dos professores face aos seus alunos, por forma a facilitar a integração dos mesmos nas carreiras propostas pelos sistemas escolares e na sociedade em geral;
- anos 90 - a eficácia da escola para a reprodução e divulgação de conhecimentos úteis para a vida activa, tanto do ponto de vista cívico democrático, como do ponto de vista económico dos empregadores/trabalhadores e dos consumidores.

c) a nível do elo mais frágil na teia das contradições em jogo:

- anos 70 - a política educativa dos governos;
- anos 80 - os processos de formação de professores;
- anos 90 - as competências pessoais, sociais e económicas dos alunos.

d) a nível das ideias dominantes de escola do futuro:

- anos 70 - uma sociedade sem escola instituída;
- anos 80 - uma escola pedagógica e feliz;
- anos 90 - uma escola actualizada, eficaz, em ligação permanente com a sociedade civil.

e) a nível do enfoque dominante dos estudos sobre a mudança educativa:

- anos 70 - movimento estudantil;

- anos 80 - tempo/espaço extra-curricular, livre do controlo institucional directo;
- anos 90 - tempo/espaço curricular: de que forma e o que é preciso para que as crianças e os jovens aprendam, tendo em vista uma contribuição equilibrada e democrática para a transformação civilizada das sociedades em que participam e venham a participar?

O debate actual

Em função da sequência de cenários acima descrita, pensámos poder atribuir uma importância particular ao debate actual entre o enfoque mais pedagógico (dominante na conjuntura dos anos 80) e o enfoque mais pragmático, com que se começa a procurar novos caminhos para os anos 90.

a) A reforma escolar tem mais possibilidade de ter sucesso nos espaços e tempos extra-curriculares. Esta é a tese de base do enfoque pedagógico. Fora dos espaços curriculares cada professor terá maior liberdade de utilização das tecnologias pedagógicas. A formação de professores e a construção de espaços de autonomia e criatividade docente (os projectos educativos, por exemplo) são não apenas processos de actualização profissional e/ou escapes das rotinas escolares, mas também os fundamentos organizativos da mudança escolar, via corpo de professores, via alteração comportamental da relação professor-aluno de forma pedagógica, via as brechas abertas nos espaços/tempos curriculares: a escola cultural, os clubes escolares, a área-escola e o reforço das actividades para-escolares em geral.

b) O enfoque pragmático coloca como objectivo fundamental da escola os resultados objectiváveis, mensuráveis, da aprendizagem das crianças e dos jovens. Não olham com bons olhos os esforços pedagógicos (ver artigo de opinião de Pedro Passos Coelho, dirigente da Juventude Social Democrata, sob o título Exagero Educativo, in jornal Público de dia 17/2/93). De facto, queixas generalizadas dos pais, dos empregadores, dos professores vão no sentido de identificar a falta de "preparação" dos jovens como um problema social. Daí a contestação mais ou menos velada do trabalho dos professores, tanto a nível profissional - em causa a competência - como ao nível ideológico - o papel do professor influir nos comportamentos dos alunos. Por isso, sem negar a importância abstracta da formação de professores, este enfoque

tende a privilegiar os resultados escolares em termos de rendibilidade económica dos investimentos em educação, das estatísticas do insucesso e outros indicadores sobre os processos de escolarização e dos resultados práticos da aprendizagem ao nível individual e ao nível das qualificações para o trabalho. O pragmatismo deste tipo de abordagem tem a ver com a dúvida, fundamentada na história recente do sistema educativo, sobre a possibilidade de um processo generalizado de formação de professores centrado na pedagogia poder alterar os resultados finais do Sistema Educativo no seu conjunto.

A base social de suporte dos dois enfoques teóricos que procurámos circunscrever parece clara: de um lado os sindicatos de professores procurando construir espaços/tempos de autonomia que lhes possam servir para se unirem e valorizarem profissionalmente em torno das suas práticas quotidianas comuns: a pedagogia. Do outro lado, o pragmatismo dos políticos confrontados com um pesado e complexo aparelho burocrático altamente consumidor de recursos e politicamente sensível.

Desde que os movimentos de estudantes mostraram poder colocar não só os professores e a administração escolar mas também o poder político em causa, os dois primeiros adquiriram um poder "pedagógico" (por oposição e ocultação do "político") que tem podido evitar a subida de nível da contestação social ao funcionamento do sistema educativo.

A emergência do enfoque pragmático marca assim o fim do "esquecimento" do pensamento político do problema da educação, depois do sucesso ideológico das ideias de ligação das escolas ao meio envolvente e a gestão em termos de concertação social das escolas. O poder político parece estar agora preparado para se pensar, outra vez, como representante das "famílias" e dos pais dos alunos, enfim da sociedade em geral, e exigir ao sistema eficácia, tal como outro serviço público qualquer.

Neste contexto histórico como se cumprirão os desígnios institucionais? Como se civilizam as nossas crianças e jovens? Como se faz a divulgação científica?

Mesmo a Ciência mais distanciada, perante a prospectiva, não pode evitar a utilização de valores particulares. Pode é mobilizar todos os recursos ao dispor para clarificar ao máximo os sentidos e limites das suas apostas ou

intuições. No meu caso pensei que, tal como a sociedade industrial está a chegar ao fim anunciado, também a instituição escolar tal como a conhecemos tem os seus dias contados. A sociedade pós-industrial pede uma pós-escola. Para que isto seja mais alguma coisa que um simples jogo de palavras convém começar a dar conteúdo a esta escola do futuro. E o primeiro conteúdo que me parece de atribuir à escola, que já existe em devir e na nossa imaginação, é a democracia.

Entre a escola das élites nobiliárquicas até a escola de massas medeiam curtas centenas de anos. Quando por vezes se chama escola democrática à escola de massas está-se a reduzir a democracia à igualdade de oportunidades de acesso. É hoje evidente que nem isso acaba com as desigualdades herdadas face ao direito à educação, nem isso garante processos de formação democráticos dos alunos, mesmo se entendidos apenas no campo cívico em que se colocou António Sérgio no início do século. Assim parece haver campo para trabalhar o sentido da democracia à luz da instituição e da organização escolares. Não parece, pois, demasiado despropositado propor explorar a ideia de que após um ciclo histórico em que a escola moderna, a escola que se desenvolveu com o Estado moderno, conseguiu chegar muito próximo da universalidade - nos países mais desenvolvidos, evidentemente - estamos a entrar num outro ciclo histórico em que a Escola se procurará democratizar.

Não se trata apenas de uma aposta em valores. É também uma necessidade constrangedora de acompanhar as tendências de democratização social - resposta civilizadora e racional às tendências funcionais de concentração de poderes administrativos continentais e planetários; actualização face às correntes de divulgação das contingências do trabalho científico, decorrentes da cada vez maior necessidade de negociação pública dos orçamentos para Ciência e Tecnologia e de legitimação pública das actividades científicas em geral; autoridade moral face a fenómenos de reacção emocional às dificuldades existências da actualidade, como as manifestações xenófobas, ao tráfico e uso de estupefacientes, às ameaças de peste relacionadas com os comportamentos sexuais ou face às resistências de estratos sociais menos modernizados à integração (flexível e respeitadora das identidades) numa sociedade de indivíduos livres e diferenciados. É, para além disso, uma possibilidade de dar à Escola, enquanto instituição, o lugar que desde Daniel Bell muitos profetizaram como central na sociedade do futuro, pela sua potencial capacidade de formar os cidadãos dum futuro cada vez mais presente e cada vez menos previsível.

A actualização curricular

Somos, pois, pela democratização da escola. Ora isso significa, para além de processos de decisão participativos, questionáveis, flexíveis e passíveis de intervenções frequentes, uma actualização curricular. Basta pensarmos na forma doutrinária com que a escola, de uma forma instituída, trata pedagogicamente os conteúdos científicos que ensina (e os conteúdos cognitivos em geral) para nos apercebermos dos efeitos perversos de tal ensino.

Trata-se de uma revolução no ensino. Será possível? Não saberei responder. Mas no próprio quadro da Reforma Educativa em Portugal encontramos sinais claros de vontade de mudança e inovação.

Novo enquadramento de gestão das escolas e novas regras e exigências profissionais de formação dos professores; espaços a preencher pelas iniciativa e criatividade colectivas da escola, como a área-escola, os clubes escolares; novas disciplinas que simultaneamente transportam formas diferentes de (re)apresentar o ensino, como a formação pessoal e social (Cf. Campos, Bártoło Paiva, 1991); presença de tendências de inovação como sejam a inter (ou trans) disciplinaridade como prática de cooperação e aprendizagem dos professores uns com os outros e com os alunos, ou como introdução nos conteúdos curriculares das Ciências duras de temas de outras áreas do conhecimento menos duras.

O recente prestígio social das saídas profissionais ligadas à economia ou à gestão atrai hoje muitos jovens para as áreas de Ciências Humanas e Sociais. Ora, esta zona científica é a que mais sente as conflitualidades entre paradigmas científicos. É, portanto, a que maior esforço exige de co-afirmação da verdade científica autorizada, e dos seus limites, nomeadamente através da possibilidade de verificação e questionamento lógico-processual dos resultados alcançados.

A via curricular de democratização da Escola

Mudar os conteúdos das disciplinas no sentido que propõem aqueles que, como Bártoło Paiva Campos (1991), procuram caminhos de actualização da escola ou que como Hottois (1990) combatem a concepção desactualizada

de Ciência que ainda hoje é dominante, apesar de não corresponder às práticas tecno-científicas dos cientistas de hoje, significa pôr em causa o domínio tradicional de lobbys académico-profissionais que, junto do Ministério da Educação, pugnam por garantir saídas profissionais como professores para cada tipo de formações académicas. Outras formas tradicionais de viver a escola são também colocadas em análise: a divisão académica em disciplinas, as qualificações profissionais dos professores, as competências científicas cristalizadas nos vários grupos de professores que se têm dedicado às diversas disciplinas.

Todavia qual é o outro caminho para actualizar a escola em relação à vida moderna? Como transformar o Sistema Educativo de um sistema reactivo num sistema pro-activo?

Mas mais importante que os nossos desejos e as nossas perplexidades são as práticas escolares efectivas.

A instituição escolar é um lugar social privilegiado para a confirmação ou combate de movimentos sociais actuais: os espíritos desportivos, as sensibilidades artísticas, os processos científicos, os narcisismos, a procura de experiências individuais desviantes, o consumo de drogas legais e ilegais, a afirmação pela xenofobia e por aí fora.

No nosso imaginário ainda recente, o professor, à maneira do padre e do médico, era o entusiasta da divulgação das letras e da aritmética (a literacia). O seu prestígio era-lhe imposto pelo seu espírito de missão. Missão cultural, científica e cívica. O professor era potencialmente o líder carismático dos seus alunos. Tal carisma dependia de cada professor, com certeza. Mas em certa medida também estava inscrito no reconhecimento social da missão civilizadora e informativa da instituição escolar.

Com o processo de massificação dos acessos ao sistema educativo, os missionários tendem a ser cada vez mais tratados e a assumirem-se como funcionários públicos. Debatendo-se entre a burocracia estatal, o velho espírito de serviço e de corpo, o profissionalismo e as realidades sociais que atravessam a instituição escolar, os professores, como a instituição, estão hoje na defensiva:

a) o entusiasmo vital dos professores tende a orientar-se com maior frequência para outras actividades que não o ensino;

b) a prestação missionária do professor perante as populações desejosas de aprender, transformou-se numa exigência generalizada de cumprimento de um direito constitucionalmente reconhecido à educação, através de mais um serviço público;

c) as condições de exercício da profissão de professor profissionalizam-se, isto é, passam a privilegiar a conquista de valores profissionais comuns (salário, segurança na carreira, facilidades sociais; etc.) em vez do espírito de missão.

A ordem dos factores é arbitrária. O que interessa ressaltar é que todos eles se reforçam mutuamente, tal qual um ciclo vicioso entrópico. Crescentes custos do sistema, desprestígio dos professores e do serviço que é suposto prestarem, degradação do serviço e crescente controlo burocrático do sistema sobre os profissionais e mais pressão sobre os custos (salários e formação), como compensação sindical para aceitar os controlos acrescidos.

Romper com esse ciclo vicioso significa abrir a escola às sugestões reformadoras, às produções dos movimentos sociais. Não foi isso que procurou fazer a Reforma? E toda a instituição, qual esponja atravessada pela água do mar, usa a iniciativa e o voluntarismo dos movimentos sociais para se renovar e negar a entropia que a gestão corrente mais tarde ou mais cedo, como um ciclo, gera. A capacidade de renovação e sobrevivência das instituições depende da capacidade institucional de usar os movimentos sociais em seu favor.

A escola do futuro será a história da capacidade da instituição se renovar, no quadro dos aparelhos de estado modernos, das formas transnacionais de fazer passar experiências educativas bem sucedidas e através das configurações que resultarem do processo de afirmação na escola dos diversos movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERONI, Francesco, (1989), *Génese*, Bertrand.

BELL, Daniel, (1973), *La sociedad pos-industrial*.

CAMPOS, Bártolo Paiva, (1991), *Educação e desenvolvimento pessoal e social*, Afrontamento.

ELIAS, Norbert, (1939), *O Processo Civilizacional*, D. Quixote.

HOTTOIS, Gilbert, (1990), *O paradigma bioético*.

PIRES, Eurico Lemos, (1989), "Escolaridade básica universal, obrigatória e gratuita" in O Ensino Básico em Portugal, Col. Biblioteca Básica de Educação e Ensino, Edições ASA.

SANTOS, Boaventura Sousa, (1989), *Introdução a uma ciência pos-moderna*, Afrontamento.

NOTA:

[1] - Este título usei-o pela primeira vez em Novembro de 1987, num texto de apresentação aos professores de um projecto de observatório dos processos sociais na escola, tendo por base o Projecto Minerva - o projecto de introdução de computadores na escola. Mais tarde, curiosamente no próprio dia em que apresentei a comunicação que esteve na base deste trabalho (ESE de Beja, 27/05/1993), comprei e li o livro A Escola Cultural, de M.F. Patrício. Na pág. 90 faz referência à escola do futuro (eis a razão da minha curiosidade pelo livro). Tal expressão, refere, foi-lhe sugerida pela Dr^a M^a Luísa Guerra, pedagoga, que a usou como título para um artigo no Jornal de Notícias de 1989/02/09.

J.V.

Tão simples... tão Xerox!



Novos Produtos Rank Xerox.

A Rank Xerox oferece soluções simples às necessidades mais prementes dos seus Clientes. Soluções que passam por produtos de características inovadoras, de fácil operação e manutenção, robustos e fiáveis.

Copiadores e impressoras, de grande porte, pessoais ou de grandes formatos, a preto e

branco e a cores, faxes de papel comum ou térmico, scanners, redes, computadores profissionais, estações de trabalho, software, etc. A Rank Xerox oferece-lhe integração total - de uma forma prática, funcional, produtiva e económica. Afinal, tudo é tão simples quando é Xerox.



X Distribuidor Autorizado Rank Xerox